



Galvani

A força das nossas raízes

FOSNOR

Fosfatados do
Norte-Nordeste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e administradores da
FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Samuel Viero Ricken'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5 a)	449.164	431.435
Aplicações financeiras de curto prazo	5 b)	7.334	2.355
Contas a receber de clientes	6	15.799	113.152
Estoques	7	240.050	276.946
Tributos a recuperar	8	15.481	9.176
Outros ativos	9	16.042	5.456
Total do ativo circulante		743.870	838.520
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	14.599	18.203
Aplicações financeiras de longo prazo	5b)	14.947	53.708
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	17.706	15.714
Tributos a recuperar	8	41.119	26.623
Outros ativos	9	2.427	1.110
Intangível	10	264.371	252.432
Imobilizado	11	695.303	537.159
Total do ativo não circulante		1.050.472	904.949
Total do ativo		1.794.342	1.743.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	12 a)	67.679	50.420
FINIMP	12 b)	4.446	71.201
Empréstimos e Financiamentos	13	167.737	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	1.470	-
Arrendamento mercantil	15	44.969	43.383
Salários e benefícios		13.720	16.300
Encargos sociais e tributários a pagar		7.895	8.424
Dividendos a pagar	20	-	60.554
Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados	16	242.477	172.866
Outros passivos		5.153	4.085
Total do passivo circulante		555.546	427.233
Não circulante			
Arrendamento mercantil	15	31.377	37.768
Empréstimos e financiamentos	13	50.000	-
Provisões para contingências	17	2.357	3.775
Provisão para desmobilização de ativos	18	32.641	28.384
Total do passivo não circulante		116.375	69.927
Total do passivo		671.921	497.160
Patrimônio líquido			
Capital social	20	790.021	790.021
Reservas de incentivos fiscais	21	187.349	155.192
Reserva legal	20	23.282	19.744
Reserva de retenção de lucros		121.769	281.352
Total do patrimônio líquido		1.122.421	1.246.309
Total do passivo e patrimônio líquido		1.794.342	1.743.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita líquida de venda	22	1.203.462	1.571.764
Custo dos produtos vendidos	23	(1.040.496)	(1.145.458)
Lucro bruto		162.966	426.306
Despesas com vendas	23	(6.320)	(5.655)
Despesas administrativas	23	(40.171)	(28.981)
Outras despesas	24	(27.233)	(29.809)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		89.242	361.861
Despesas financeiras	25	(25.235)	(23.554)
Receitas financeiras	25	65.488	61.436
Variações cambiais	25	(9.212)	3.255
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social		120.283	402.998
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	26	(19.358)	(71.339)
Diferido	26	1.992	3.891
		(17.366)	(67.448)
Lucro líquido do exercício		102.917	335.550
Ações no final do exercício (em milhares)		790.021	790.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	102.917	335.550
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>102.917</u>	<u>335.550</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fosnor – Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido de 2022 e 2023
(em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		790.021	74.609	6.995	99.688	-	971.313
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	335.550	335.550
Reserva de incentivos fiscais – IRPJ	21	-	60.066	-	-	(60.066)	-
Reserva de incentivos fiscais – ICMS	21	-	20.517	-	-	(20.517)	-
Constituição de reserva legal	20	-	-	12.749	-	(12.749)	-
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	(60.554)	-	(60.554)
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	242.218	(242.218)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		790.021	155.192	19.744	281.352	-	1.246.309
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	102.917	102.917
Reserva de incentivos fiscais – IRPJ	21	-	13.520	-	-	(13.520)	-
Reserva de incentivos fiscais – ICMS	21	-	18.637	-	-	(18.637)	-
Constituição de reserva legal	20	-	-	3.538	-	(3.538)	-
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	(210.000)	-	(210.000)
Distribuição de dividendos extraordinária		-	-	-	(16.805)	-	(16.805)
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	67.222	(67.222)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		790.021	187.349	23.282	121.769	-	1.122.421

FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.283	402.998
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	73.782	64.840
Ganho na alienação do imobilizado e intangível	209	473
(Reversão)/Provisão para participação nos lucros e resultados	(3.877)	(108)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais	(2.734)	(334)
Juros e variações monetárias	179	351
Variação cambial clientes e fornecedores	(509)	(642)
Ajuste a valor presente de clientes	(1.975)	1.419
Juros de arrendamento mercantile	3.825	2.331
Juros sobre provisão para desmobilização de ativos	2.770	6.708
Perda (ganho) com instrumentos financeiros derivativos	1.526	-
Juros, variações monetárias, variações cambiais dos empréstimos	8.322	-
Variação nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento)/redução de contas a receber de clientes	99.925	(71.382)
(Aumento) / redução dos estoques	36.896	(18.629)
(Aumento) / redução dos tributos a recuperar	(37.203)	(8.805)
(Aumento)/Redução de outros ativos, tributos a pagar e outros passivos	(1.030)	(2.716)
Aumento / (Redução) de tributos a pagar	7.864	1.099
Aumento de fornecedores	40.686	81.202
Aumento de salários e encargos sociais	4.770	1.196
Aumento de adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados	69.645	87.040
Juros pagos	(972)	(2.318)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.912)	(70.362)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	402.470	474.361
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(232.093)	(201.392)
Aquisição de intangível	(11.981)	(23.679)
Depósitos em aplicações financeiras	33.782	(56.063)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(210.292)	(281.134)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	215.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.286)	-
Contratação de operações de FINIMP	4.446	71.201
Pagamento operação de FINIMP	(71.201)	(55.625)
Dividendos pagos	(295.555)	(20.342)
Pagamentos parcelas arrendamentos – CPC 06	(22.852)	(15.311)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(174.448)	(20.077)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	17.729	173.150
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	431.435	258.285
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	449.164	431.435
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	17.729	173.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Informações gerais

A FOSNOR - Fosfatados do Norte-Nordeste S.A. ("FOSNOR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 4777, 11º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por 11 (onze) acionistas, todos pessoas físicas da família Galvani, e tem como objeto social e como atividade preponderante a extração, industrialização, armazenagem e o comércio de produtos à base de fosfato, além da produção de ácido sulfúrico. Ao todo, a Companhia possui três unidades que operam como complexo industrial, armazenagem, mistura, ensaque e comercialização de seus produtos, na unidade de Luis Eduardo Magalhães/BA e também nas suas unidades de mineração, localizadas nas cidades Irecê/BA e Angico dos Dias/BA.

Cenário operacional de 2023

Em 2023, a economia mundial e os mercados internacionais demonstraram uma resiliência notável diante das políticas de aperto monetário implementadas globalmente, enquanto também enfrentavam os desafios impostos pelos numerosos riscos decorrentes de conflitos geopolíticos.

No mercado de fertilizantes, o ano de 2023 vivenciou uma retomada aos níveis de preços "normais", após os picos atingidos em 2022, que foram fortemente influenciados pelo choque de oferta, devido ao conflito entre Ucrânia e Rússia. Ainda no último ano, um novo conflito entre Israel e Palestina, na disputa pela Faixa de Gaza, adicionou incerteza sobre o suprimento de fertilizantes pelos países do Oriente Médio, principalmente de potássio e nitrogenados, mas o impacto nos preços foi significativamente menor em relação ao conflito de 2022.

Durante todo o ano de 2023, o mercado de fertilizantes presenciou um aumento da disponibilidade internacional, com grandes produtores mundiais aumentando a produção (Marrocos, China, Arábia Saudita, Rússia, Canadá) e a queda de restrições de exportação (China e Rússia), resultando em uma queda nos preços ao longo do ano e consequente melhora da relação de troca para os fazendeiros, que levou ao aumento do consumo e das entregas.

No Brasil, os dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDAs) ainda são preliminares, mas tudo indica que tivemos uma forte recuperação das entregas de fertilizantes, com agricultores aproveitando a relação de troca mais favorável. A estimativa é que foram entregues 44,3 milhões de toneladas de fertilizantes, um crescimento de 7,3% em relação a 2022.

O nível de entregas estimado para 2023 ainda está abaixo do recorde de 2021, quando foram entregues 45,9 milhões de toneladas.

Projetos de expansão

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 10 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia vem desenvolvendo estudos para exploração das jazidas de Santa Quitéria/CE e Irecê/BA, que representam investimentos acumulados da ordem de R\$183.328, em 31 de dezembro de 2023 (R\$173.842 em 2022).

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, enquanto os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas são emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Acionistas da Companhia e autorizadas para emissão em 18 de março de 2024.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados ao seu valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis, na sequência deste documento. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Estão sendo apresentadas as informações relevantes, e, somente elas, próprias das demonstrações financeiras, que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é, inicialmente, mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao Valor Justo Realizável (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR, isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra maneira, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes), como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins desta avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto; durante um determinado

período de tempo, pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---------------------------------	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, caso for classificado como mantido para negociação, quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo os juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram;

- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação.

Acerca desses direitos contratuais, observa-se que:

- Substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos;
- A Companhia não transfere e não mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores, tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

b. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(v) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes, incluindo recebíveis de arrendamentos e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente ou com problemas de recuperação quando:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título, por causa de dificuldades financeiras;
- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O período máximo, considerado na estimativa de perda de crédito esperada, é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas e ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas ao valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão das perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado; no entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento

dos procedimentos da Companhia, para a recuperação dos valores devidos.

(vi) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos refletir as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro, no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são, inicialmente, alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.5 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção (absorção). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.6 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas, por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida, linearmente, com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia incorre em custos relacionados com a avaliação e exploração de minas de fosfato. Gastos pré-operacionais para adquirir tais minerais, para perfurar e equipar as minas, são capitalizados como gastos de exploração e registrados dentro de ativos intangíveis até que o projeto atinja a fase de desenvolvimento. Se as reservas forem provadas, as despesas com a avaliação e exploração que tenham sido capitalizadas são transferidas de exploração e avaliação de recursos minerais (ativos intangíveis) para imobilizado em andamento (ativo imobilizado), quando o projeto iniciar a fase de desenvolvimento.

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Desta forma, está demonstrado abaixo a média de vida útil dos itens amortizáveis nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

Grupo Ativo Intangível	Média vida útil	
	Meses	Anos
012 Licença de uso Software	60	5
033 Direitos Minerários	360	30

2.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos se inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores tiverem sido mensurados de forma confiável. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício, caso existam indícios que levem a essa necessidade. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados indícios que levam a necessidade de avaliação da vida útil ou de recuperabilidade dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após sua alienação ou quando não houver benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é apurada com base linear, de acordo com a vida útil de cada bem. Desta forma, está demonstrado abaixo a média de vida útil dos itens depreciáveis nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

Grupo Ativo Imobilizado	Média vida útil	
	Meses	Anos
002 Edificações	300	25
003 Instalações	125	10
004 Máquinas, equipamentos e ferramentas	120	10
005 Veículos	62	5
006 Equipamentos de informática	60	5
009 Móveis e utensílios	120	10
016 Benfeitorias	300	25

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações legais ou constituídas como resultado de um evento passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, a provisão é mensurada com base no desconto ao valor presente dos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação.

Quando se espera que algum ou todos os dispêndios exigidos para liquidar a provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido, somente quando for praticamente certo que ele será recebido se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um ativo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o montante da provisão.

2.9 Tributação

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 24%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.9.1 Impostos correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, sendo calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos, reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A análise da realização do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício, sendo o saldo ajustado na medida em que a realização não seja mais provável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

c. Subvenção e assistência governamental

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como redutoras da conta de origem, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. Atualmente a Companhia possui dois benefícios de subvenção para investimento: o Desenvolve, no qual é de âmbito Estadual, sendo registrado como redução do ICMS a pagar; e o Lucro da Exploração, no qual é de âmbito Federal, sendo registrado como redução do IRPJ a pagar. Ambos os benefícios são lançados como ganho no resultado e destacados no Patrimônio Líquido para não haver distribuição de dividendos sobre os mesmos.

2.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante, em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.11 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
<p>Venda de produtos</p>	<p>Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes, ou quando retiradas pelo cliente nas sedes da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias ou líquidas através de adiantamentos.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações ou retirados nas sedes da Companhia.</p> <p>Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.</p>

2.12 Arrendamentos

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer, separadamente, a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento; dos dois, o menor.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação, modificação ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

Em 2023, a Companhia registrou novos contratos e, devido a alta da taxa de juros, utilizou um parâmetro atual médio de 16% para registrar valor presente dos contratos, havendo desta forma, uma disparidade entre as taxas anteriormente utilizadas.

A Companhia registrou todos os novos contratos e recalculou todos os valores constantes dos contratos para adequação da norma, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2022
--	------

Contrato	Prazo (meses)	Taxa valor presente	Valor contrato (*)	Valor presente
Locação equipamentos/ferramentas	60	6%	172	148
Casa Caracol/PI	120	6%	179	135
Fazenda Novo Triunfo – Irecê/BA	120	6%	1.484	1.116
Locação de veículos	32	6%	1.800	1.645
Movimentação Angico dos Dias/BA	48	6%	52.600	46.733
Servidores nuvem TI	18	6%	2.662	2.542
Servidores nuvem TI	18	6%	2.437	2.326
Equipamentos eletrônicos TI	24	6%	433	407
Movimentação Luís Eduardo Magalhães/BA	36	6%	8.856	8.097
Filial Campinas/SP	36	6%	396	362
Locação de veículos	24	6%	613	577
Movimentação Angico dos Dias/BA	36	6%	52.500	48.743
			124.132	112.831
Ativo Imobilizado - Direito de uso			-	112.831
Passivo - Arrendamento Mercantil CP			-	(40.660)
Passivo - Arrendamento Mercantil LP			-	(72.171)

Contrato	2023			
	Prazo (meses)	Taxa valor presente	Valor contrato (*)	Valor presente
Locação equipamentos/ferramentas	60	6%	172	148
Casa Caracol/PI	120	6%	179	135
Fazenda Novo Triunfo – Irecê/BA	120	6%	1.484	1.116
Locação de veículos	32	6%	1.800	1.645
Locação sala comercial	24	6%	432	407
Movimentação Angico dos Dias/BA 2020	48	6%	52.600	46.733
Servidores nuvem TI 2020	18	6%	2.662	2.542
Servidores nuvem TI 2021	18	6%	2.437	2.326
Equipamentos eletrônicos TI	24	6%	433	407
Movimentação Luís Eduardo Magalhães/BA	36	6%	8.856	8.097
Filial Campinas/SP	36	6%	396	362
Locação de veículos	24	6%	613	577
Movimentação Angico dos Dias/BA 2021	36	6%	52.500	48.743
Servidores nuvem TI 2023	60	16,77%	12.788	8.873
Sala comercial São Paulo – Novo Escritório	60	16,77%	4.018	2.621
Locação de veículos UNIDAS	17	16,77%	208	186
Locação de veículos MOVIDA	26	16,77%	1.110	936
Equipamentos eletrônicos de TI	32	16,77%	1.091	887
Locação de Impressoras	35	16,77%	567	452
Firewall e Licenças	24	16,77%	316	269
			144.662	127.462
Ativo Imobilizado - Direito de uso				127.462
Passivo - Arrendamento Mercantil CP			-	(44.872)
Passivo - Arrendamento Mercantil LP				(82.590)

(*) O valor mencionado na coluna de “valor contrato” representa os arrendamentos reconhecidos em sua mensuração inicial (data do contrato) no ativo imobilizado (conforme nota 10) e que são depreciados pelo período do contrato, sendo que, ao final do contrato este ativo de arrendamento estará totalmente depreciado e zerado contabilmente. O mesmo valor inicial é registrado no passivo, no qual posteriormente são baixados pelos pagamentos e ajustados pelos índices financeiros.

2.13 Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.14 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são, posteriormente, remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado somente na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia estipula um dividendo mínimo de 25%, o que pode ser distribuído o saldo remanescente, desde que seja aprovado em Assembleia Geral.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

3.1 Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação e reforma tributária internacional (Alteração do CPC 32).

A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos aplicando a abordagem 'integralmente vinculada', com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa já apresenta em sua apuração de imposto diferido as segregações conforme a norma contábil.

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- CPC 50 - Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas emitidas e vigentes em ou após 1º de janeiro de 2024, e não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

- Passivos não circulantes com covenants e classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – Alteração do CPC 26.
- Passivo de arrendamento em venda de leasback – Alteração do CPC 06.
- Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)
- Ausência de conversibilidade – Alteração do CPC 02.

4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas:

Nota explicativa 11 – Vida útil do ativo imobilizado

Nota explicativa 10 – Critérios de reconhecimento do intangível

Nota explicativa 15 – Critérios de reconhecimento dos arrendamentos

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 17 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, principalmente se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, e se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Projeções de lucro preparadas pela Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos e que objetivam mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros para suportar a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O lucro tributável futuro real pode vir a ser maior ou menor do que as estimativas efetuadas ao se determinar a necessidade de reconhecer o imposto de renda e a contribuição social.

4.2 Vida útil dos bens do imobilizado e dos intangíveis

A vida útil dos ativos pode variar devido a vários fatores, o que pode também afetar o custo do teste de recuperação.

4.3 Redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos

No fim de cada período, a Companhia revisa os saldos do imobilizado e do intangível, incluindo o ágio gerado em combinação de negócios, avaliando se há uma indicação de que esses ativos sofreram uma redução em seus valores recuperáveis (valor em uso). A Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável de cada ativo, calcula o fluxo de caixa futuro individual descontado ao valor presente, ajusta o saldo dos respectivos ativos, se necessário.

4.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Quando há indicação de redução ao valor recuperável, a Companhia considera a estimativa de fluxos de caixa futuros. O montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que foram incorridas), descontado a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro (ou seja, a taxa de juros efetiva computada no reconhecimento inicial).

4.5 Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos, de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis.

4.6 Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, conforme Nota Explicativa nº 16. A Companhia considera as estimativas contábeis, relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina, como uma prática contábil crítica, por envolver em valores expressivos de provisão e se tratarem de estimativas que envolvem diversas premissas; como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo que considera o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

4.7 Mensurações ao valor justo e processos de avaliação

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia usa valores justos cotados pelas instituições financeiras contrapartes.

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	4	2
Recursos em bancos	3.478	3.380
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	445.682	428.053
	449.164	431.435

(i) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas pelas modalidades de CDB, operações de renda fixa, como debêntures, operações pós fixadas, CRI, CRA, FIDIC e operações compromissadas, geralmente remuneradas por taxas que variam de 80% a 104,8% da CDI.

b) Aplicações financeiras

A Companhia possui títulos com prazos mais longos, sendo em sua maioria debêntures com rendimentos, em média, superiores a 10%.

	2023	2022
Debêntures e títulos com vencimento entre 6 meses e 1 ano	7.334	2.355
Debêntures e títulos com vencimento entre 1 ano e 5 anos	14.947	53.708

6 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Circulante		
Contas a receber de clientes	16.077	115.405
(-) Ajuste a valor presente	(278)	(2.253)
Contas a receber de clientes, líquidas	15.799	113.152
Não circulante		
Contas a receber de clientes	14.599	18.203
	14.599	18.203

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

Os valores vencidos e não provisionados possuem garantias reais em valores superiores ao montante em atraso.

	2023	2022
Vencidas		
Até 30 dias	910	111
De 31 a 90 dias	-	-
De 91 a 360 dias	-	-
	910	111
A vencer		
Até 30 dias	7.048	97.600
De 31 a 90 dias	1.808	298
De 91 a 360 dias	6.311	17.396
Acima de 361 dias	14.599	18.203
	29.766	133.497
	30.676	133.608

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. Não há saldos de contas a receber cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023.

7 Estoques

	2023	2022
Matérias-primas	36.426	100.089
Matérias-primas em poder de terceiros	10.014	6.297
Produtos acabados	132.894	155.122

Almoxarifado de manutenção	15.849	14.250
Importações em andamento	24.684	614
Adiantamentos para a compra de matérias-primas	20.183	574
	240.050	276.946

As movimentações na provisão para perda nos estoques são as seguintes:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	(266)	(266)
Em 31 de dezembro	(266)	(266)

Não há saldos de estoques cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023.

8 Tributos a recuperar

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	697	2.572
PIS e COFINS (i)	5.019	5.718
Imposto de renda e contribuição social	9.765	886
Outros	-	-
Total do ativo circulante	15.481	9.176
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ii)	1.054	756
PIS e COFINS (ii)	40.065	25.867
Total do ativo não circulante	41.119	26.623
Total	56.600	35.799

Ativo circulante

A Companhia estima que os saldos existentes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2023 serão realizados no curso de suas operações, no decorrer do exercício social, a findar em 31 de dezembro de 2024, sem a ocorrência de perdas.

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

Ativo não circulante

- (ii) Referem-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS gerados na aquisição de ativo imobilizado em andamento, relacionado, principalmente, aos projetos em execução, os quais foram classificados como ativos não circulantes, com base na expectativa de sua realização em um período superior a doze meses.

9 Outros ativos

	2023	2022
Depósitos judiciais (i)	1.484	70
Adiantamentos a funcionários	2.102	1.762
Adiantamento Dividendos	8.195	-
Prêmios de seguro	2.555	1.606
Créditos fiscais AFRMM	1.752	1.752
Outros ativos	2.381	1.376
	18.469	6.566
Circulante	16.042	5.456
Não circulante	2.427	1.110
	18.469	6.566

- (i) Referem-se a depósitos recursais de processos judiciais para os quais nenhuma provisão foi constituída, com base na avaliação da probabilidade de perda de cada processo.

10 Intangível

	Marcas registradas e licenças	Projetos em dev. (*)	Direito de uso de lavra	Softwares	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>1</u>	<u>153.674</u>	<u>68.086</u>	<u>6.075</u>	<u>227.836</u>
Adições	-	23.679	-	-	23.679
Amortização	-	-	(1.379)	(2.359)	(3.738)
Transferências (i)	-	(1.221)	4.047	1.829	4.655
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>1</u>	<u>176.132</u>	<u>70.754</u>	<u>5.545</u>	<u>252.432</u>
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	1	176.132	75.830	12.800	264.763
Amortização acumulada	-	-	(5.076)	(7.255)	(12.331)
Saldo contábil, líquido	1	176.132	70.754	5.545	252.432
Adições	-	11.981	-	-	11.981
Amortização	-	-	(2.621)	(2.359)	(4.980)
Transferências (i)	-	-	4.938	-	4.938
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	<u>1</u>	<u>188.113</u>	<u>73.071</u>	<u>3.186</u>	<u>264.371</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	1	188.113	80.768	12.800	281.682
Amortização acumulada	-	-	(7.697)	(9.614)	(17.311)
Saldo contábil, líquido	1	188.113	73.071	3.186	264.371

(*) desenvolvimento

- (i) Referem-se a valores que estavam classificados como imobilizado em andamento e foram transferidos para o intangível, relativos a direitos de lavra e *softwares* de TI (conforme nota explicativa 10).

Projetos em desenvolvimento

Os saldos de desenvolvimento de projetos referem-se aos seguintes empreendimentos:

	2023	2022
Exploração e avaliação de recursos minerais (i) - Santa Quitéria	164.192	161.228
Demais investimentos - Irecê (ii)	19.135	12.614
Outros	4.786	2.290
	188.113	176.132

- (i) São gastos com licenças, exploração e avaliação de recursos minerais do projeto de uma nova unidade industrial em Santa Quitéria.
- (ii) Implementação de nova rota tecnológica na mineradora de Irecê para melhor aproveitamento do teor de fósforo presente no minério.

A maior parte do saldo de desenvolvimento de projetos refere-se ao projeto de exploração e avaliação de recursos minerais em Santa Quitéria, no estado do Ceará.

O projeto prevê a exploração e beneficiamento do minério de fosfato associado a urânio, em jazida cuja titularidade de lavra pertence às Indústrias Nucleares do Brasil (INB), para a produção de fertilizantes fosfatados e fosfato bicálcico.

Em 27 de abril de 2022, foi realizada uma reunião do Conselho de Administração da Companhia, na qual decidiu pela segregação do Projeto Santa Quitéria, para uma nova entidade jurídica, nos termos da cláusula 15.4, do Acordo de Acionistas, cuja efetivação depende de alguns fatores que não estão sob controle da Companhia. Em 2023, formalizou-se um adiantamento para a venda de alguns ativos, conforme detalhado na nota 16 – Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados.

Amortização

O montante de R\$ 4.980 (R\$ 3.738 em 2022), referente à amortização, foi reconhecido no resultado do exercício nas rubricas Custo, Comercial e Administrativas.

11 Imobilizado

	Terrenos	Edific. e benefit.	Equip. e instal.	Adiant. para fornec.	Veículos	Móveis e utens.	Direito uso dos ativos	Outros	Reforma (iii) anual	Total em operação	Imob. em andam.	Imob. total
Em 31 de dezembro de 2021												
Custo	64.201	99.809	120.108	5.005	247	224	62.169	943	57.902	410.608	111.792	522.400
Depreciação acumulada	-	(13.994)	(35.756)	-	(152)	(102)	(25.692)	(409)	(44.298)	(120.403)	-	(120.403)
Saldo contábil, líquido	64.201	85.815	84.352	5.005	95	122	36.477	534	13.604	290.205	111.792	401.997
Aquisições	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	201.954	201.955
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	(563)	-	-	-	-	-	(563)	-	(563)
Depreciação	-	(5.012)	(15.554)	-	(50)	(43)	(19.742)	(839)	(19.862)	(61.102)	-	(61.102)
Baixas	-	(118)	(355)	-	-	-	-	-	-	(473)	-	(473)
Reclassificações	-	1.434	38.883	-	188	159	51.069	3.794	18.775	114.302	(114.302)	-
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.655)	(4.655)
Saldo contábil, líquido	64.201	82.119	107.327	4.442	233	238	67.804	3.489	12.517	342.370	194.789	537.159
Em 31 de dezembro de 2022												
Custo	64.201	101.125	158.637	4.442	435	383	113.238	4.737	76.677	523.875	194.789	718.664
Depreciação acumulada	-	(19.006)	(51.310)	-	(202)	(145)	(45.434)	(1.248)	(64.160)	(181.505)	-	(181.505)
Saldo contábil, líquido	64.201	82.119	107.327	4.442	233	238	67.804	3.489	12.517	342.370	194.789	537.159
Aquisições	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	231.169	231.171
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	922	-	-	-	-	-	922	-	922
Depreciação	-	(5.065)	(14.537)	-	(76)	(48)	(28.809)	(891)	(19.376)	(68.802)	-	(68.802)
Baixas	-	-	(209)	-	-	-	-	-	-	(209)	-	(209)
Reclassificações	4.122	2.423	12.407	-	-	48	14.224	-	20.578	53.802	(53.802)	-
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.938)	(4.938)
Saldo contábil, líquido	68.323	79.477	104.990	5.364	157	238	53.219	2.598	13.719	328.085	367.218	695.303
Em 31 de dezembro de 2023												
Custo	68.323	103.548	170.837	5.364	435	431	127.462	4.737	97.255	578.392	367.218	945.610
Depreciação acumulada	-	(24.071)	(65.847)	-	(278)	(193)	(74.243)	(2.139)	(83.536)	(250.307)	-	(250.307)
Saldo contábil, líquido	68.323	79.477	104.990	5.364	157	238	53.219	2.598	13.719	328.085	367.218	695.303

(i) Refere-se a valores que estavam classificados como imobilizado em andamento e foram transferidos para o intangível, sendo que são investimentos de softwares de TI (conforme nota explicativa 9)

Depreciação

O montante de R\$63.471 (R\$56.493 em 2022) referente à despesa de depreciação, foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica “Custo dos produtos vendidos”, R\$5.331 (R\$4.609 em 2022) em Despesas administrativas.

Custos dos Empréstimos

A Companhia capitalizou juros sobre empréstimos no montante de R\$972 (R\$0 em 2022) para os projetos de ativos em desenvolvimento, conforme os critérios adotados pelo CPC 20 – Custos de Empréstimos.

Imobilizado em andamento

Os principais saldos de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2023 referem, principalmente:

- (a) Investimentos em modernização de máquinas para ampliação da produção e aumento da vida útil no valor de R\$200.941, sendo: R\$152.810 na Unidade de Luis Eduardo Magalhães - BA e R\$48.131 em outras unidades da Fosnor;
- (b) Investimentos em dispositivos de segurança em máquinas e equipamentos, bem como equipamentos para redução da emissão de poluentes, no valor de R\$14.111 sendo: R\$6.586 na Unidade de Luis Eduardo Magalhães - BA e R\$7.524 em outras unidades da Fosnor;
- (c) Investimentos em novos projetos, no valor de R\$24.331, sendo: R\$17.807 para o Projeto de Santa Quitéria - CE e R\$6.524 em outras unidades da Fosnor;

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui ativos imobilizados cedidos em garantia a qualquer atividade financeira ou operacional.

Redução ao valor recuperável (“impairment”) do imobilizado

Em 2023, a Companhia não identificou a existência de indicativos de não recuperação do valor dos bens do ativo imobilizado, que não estão gerando benefícios futuros para a Companhia.

12 Fornecedores e FINIMP

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fornecedores corresponde a títulos com vencimentos em até 30 dias, no qual é composto da seguinte forma:

	2023	2022
Contas a pagar aos fornecedores		
Fornecedores no país	50.606	50.217
Fornecedores no exterior	17.073	203
	67.679	50.420

- (b) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui operações de Financiamento de Importação (“FINIMP,”) no intuito de obtenção de linha de crédito mais vantajosa nas importações de matéria prima, conforme demonstrado:

	Prazo	Taxa anual de juros - %	2023	2022
FINIMP ITAÚ	271 dias	3,19% a.a.	-	5.411
FINIMP ITAÚ	328 dias	2,99%a.a.	-	16.415
FINIMP BRADESCO	281 dias	7.90% a.a.	3.493	-
FINIMP CITIBANK	281 dias	7.90% a.a.	953	-
FINIMP B. BRASIL	113 dias	2,53% a.a.	-	20.678
FINIMP ABC	271 dias	3,80% a.a.	-	28.697
			4.446	71.201

13 Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Moeda	Taxa média a.a.	Ano Vencimento	2023	2022
Financiamento de materiais (FINAME)	R\$	12,44% a.a.	2024	156.842	-
Empréstimo bancário para investimentos	R\$	12,43% a.a.	2024	10.895	-
Financiamento para novos projetos	R\$	6% a.a.	2034	50.000	-
Outros				-	-
				217.737	-
Passivo circulante				167.737	
Passivo não circulante				50.000	

A Companhia possui um financiamento incentivado pelo Governo para implementação de novos projetos (inovação mineradora de Irecê), e também um empréstimo incentivado para um investimento em Luis Eduardo Magalhães (Selo Verde).

Durante o exercício, foram captados R\$ 215.000, sendo reconhecidos R\$ (4.286) como pagamentos e o equivalente a R\$ (8.322) como provisão de juros, variação monetária e variação cambial.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui ativos imobilizados cedidos em garantia a qualquer atividade financeira ou operacional.

Cláusulas contratuais

A Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas contratuais dos demais contratos de empréstimos e financiamentos.

14 Instrumentos financeiros derivativos

	2023	2022
Derivativos de Swap	1.470	-
Circulante	1.470	-

Os derivativos aqui demonstrados possuem natureza de proteção de juros, no qual visa a equalização das taxas de juros com nossas aplicações financeiras. Maiores detalhes são divulgados na nota explicativa 28.5.

15 Arrendamento mercantil

Contrato	Valor contrato	Prazo (meses)	2021	2022			
				Aquisições e baixas	(-) Pagtos	Atualização financeira	Valor atual
Locação de Equipamentos. Elétricos LEM	172	60	65	-	(64)	3	4
Casa Caracol/PI	179	120	106	-	(20)	6	92
Fazenda Novo Triunfo	1.484	120	853	-	(168)	48	733
Locação de Veículos	1.800	32	538	-	(196)	2	344
Equipos. para movimentação Angico	52.600	48	34.751	-	(9.421)	1.491	26.821
Servidores Nuvem TI	2.662	18	373	-	(380)	7	-
Servidores Nuvem TI (novo)	2.437	18	-	2.326	(1.510)	81	897
Equip. Eletrônicos TI	433	24	153	-	(157)	4	-
Equipos. Para movimentação LEM	8.856	36	5.517	-	(2.917)	243	2.843
Filial Campinas	396	36	279	-	(150)	13	142
Locação de Veículos	613	24	427	-	(328)	14	113
Equipos. para movimentação Angico	52.500	36	-	48.743	-	419	49.162
			43.062	51.069	(15.311)	2.331	81.151
Passivo Circulante			(21.426)				(43.383)
Passivo não circulante			21.636				37.768

Contrato	Valor contrato	Prazo (meses)	2022	2023			
				Aquisições e baixas	(-) Pagamentos	Atualização financeira	Valor atual
Locação de Equipamentos. Elétricos LEM	172	60	4	-	(5)	1	-
Casa Caracol/PI	179	120	92	-	(21)	5	76
Fazenda Novo Triunfo	1.484	120	733	-	(179)	42	596
Locação de Veículos	1.800	32	344	-	(136)	-	208
Equipos. para movimentação Angico	52.600	48	26.821	-	-	260	27.081

Servidores Nuvem TI (novo)	2.437	18	897	-	(926)	29	-
Equipos. Para movimentação LEM	8.856	36	2.843	-	(2.921)	78	-
Filial Campinas	396	36	142	-	(147)	5	-
Locação de Veículos	613	24	113	-	(113)	-	-
Equipos. para movimentação Angico	52.500	36	49.162	-	(14.616)	2.197	36.743
Locação de Servidores Virtuais	12.788	60	-	8.783	(2.202)	602	7.183
Locação escritório São Paulo	4.018	60	-	2.622	-	253	2.875
Locação veículos ADM	208	17	-	275	(292)	17	-
Locação veículos LEM e UMA	1.110	26	-	936	(481)	119	574
Locação equipos. TI	1.092	32	-	887	(398)	119	608
Locação impressoras e equipos. TI	16.192	35	-	452	(254)	62	260
Locação equipos. e firewall	316	24	-	269	(161)	34	142
			81.151	14.224	(22.852)	3.823	76.346
Passivo Circulante			(43.383)				(44.969)
Passivo não circulante			37.768				31.377

Os montantes classificados no passivo não circulante se referem às parcelas vincendas após 31 de dezembro de 2023. Os valores dos contratos foram atualizados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto de 6%. Os novos contratos tiveram uma taxa de desconto de 16,77%.

No passivo de arrendamento são registrados os contratos de arrendamento, conforme seu valor presente (nota 2.16) e, posteriormente, são atualizados pela data do balanço, com o registro das baixas dos pagamentos e atualização financeira. Ao final do contrato, o passivo deve estar zerado, caso não haja renovação do mesmo.

16 Adiantamentos de clientes e faturamentos antecipados

	2023	2022
Adiantamentos de clientes (i)	165.532	111.157
Faturamentos antecipados (ii)	76.945	61.709
	242.477	172.866

- (i) Em 6 de dezembro de 2023, foi formalizado um adiantamento para venda de alguns ativos, totalizando o valor de R\$ 126.909 (vide detalhes na nota 33 – Eventos Subsequentes).
- (ii) O faturamento antecipado é a operação efetuada com pessoas físicas e jurídicas, no qual há a emissão da nota fiscal de venda para entrega futura e recebimento antecipado pela Companhia. A receita de vendas correspondente é reconhecida contabilmente no resultado do exercício em que ocorrer a entrega efetiva da mercadoria. Conforme cronograma de entrega para clientes, o saldo registrado a título de “adiantamentos de clientes”, em 31 de dezembro de 2023, deverá ser realizado ao longo do exercício, a findar-se em 31 de dezembro de 2024

17 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

- d. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresenta os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados aos riscos

	Depósitos judiciais		Provisões para riscos		Provisões para riscos (líquido)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas e previdenciárias	63	82	2.259	941	2.196	859
Cíveis	-	-	161	2.916	161	2.916
	63	82	2.420	3.857	2.357	3.775
Menos: depósitos judiciais			(63)	(82)		
Provisão para contingências líquidas			2.357	3.775		

Em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado na Nota 9, a Companhia possuía depósitos judiciais não relacionados a riscos provisionados no montante de R\$1.484 (R\$70 em 2022).

- e. A movimentação das provisões no exercício de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	3.857	4.191
Adições e reversões	2.232	1.139
Baixas por pagamento	(3.873)	(1.752)
Atualizações a maior	204	279
Em 31 de dezembro	2.420	3.857

f. Natureza dos riscos

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e previdenciários, ambientais, cíveis, tributários, entre outros, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas, decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos e internos.

g. Passivos contingentes

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível, trabalhista, previdenciária, administrativa e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Tributárias (i)	28.581	24.003
Cíveis	3.553	545
Trabalhistas e Previdenciários (ii)	1.265	8.485
Administrativas e Ambientais	1.549	1.393
	34.948	34.426

- (i) Os processos tributários referem-se, principalmente, a: (a) Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no valor de R\$ 3.050, referente à suposta incidência de ICMS sobre energia elétrica; (b) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$3.003, exigência de suposto imposto de importação e multa, referente à classificação divergente da NCM; (c) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$3.279, exigência de suposto ITR e imposição de multa referente aos anos de 2013 e 2014; (d) Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no valor de R\$2.609, referentes ao suposto recolhimento a menor de ICMS; (e) Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$2.853, referente débitos de multa em decorrência do descumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao ICMS.
- (ii) O principal componente de processos Trabalhistas refere-se à discussão em ação coletiva, de valor controverso envolvendo pagamento de horas in itinere, no qual o sindicato pleiteia horas cobradas durante o trajeto para a unidade de Angico dos Dias, por ser de difícil acesso e não haver transporte público, no entanto, sem sentido, pois a Companhia fornece o transporte aos funcionários (R\$1.928).

18 Provisão para desmobilização de ativos

	2023	2022
Provisão desmobilização Angico dos Dias	21.951	18.478
Provisão desmobilização Irecê	10.690	9.906
Total de provisão – passivo não circulante	32.641	28.384

A Companhia possui provisão para desmobilização das unidades mineradoras de Irecê (BA) e Angico dos Dias (BA), sendo que estes gastos ocorrerão no futuro, quando as respectivas unidades mineradoras estiverem no estágio final de exaustão, o qual coincide com o final da concessão. Estas despesas visam restaurar os danos causados ao meio ambiente pelas minas e incluem também gastos com pesquisa sobre os impactos nas regiões exploradas e nas comunidades locais. Compreendem basicamente custo de desmonte e reconstituição da vegetação.

A provisão para desmobilização de ativos é estimada com base na expectativa de valores a serem desembolsados no estágio final de exaustão ou desativação das unidades mineradoras e é atualizada anualmente, com base na estimativa de inflação para o período. A provisão é apresentada ao valor presente na data de elaboração das demonstrações financeiras, calculado pela aplicação de uma taxa de desconto de aproximadamente 6% ao ano.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A composição dos saldos, por natureza, é conforme segue:

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social ativos		
Depreciação arrendamentos (CPC 06)	24.991	15.196
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.615	2.934
Perda com valor justo dos SWAPs e NDFs	500	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais	785	1.274
Atualização e depreciação da desmobilização de ativos	6.262	4.785
Ajuste a valor presente de contas a receber	95	766
Outras diferenças temporárias ativas	1.296	550
Imposto de renda e contribuição social passivos		
Ganhos com variação cambial não realizados em caixa	(459)	1.065
Atualização financeira arrendamentos (CPC 06)	(17.379)	(10.856)
Imposto de renda diferido ativo, líquido	17.706	15.714

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	15.714	11.822
Aumento (redução) por movimentação nas diferenças temporárias	1.992	3.892
	17.706	15.714

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social era de R\$790.021, correspondente a 800.700.083 ações ordinárias nominativas.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A, da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de reserva para retenção de lucros. Esses incentivos não integram a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Os valores destinados à reserva para incentivos fiscais, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão descritos na Nota Explicativa 21.

d. Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foi calculada nos termos da referida Lei e de acordo com o percentual de 25%, previsto no estatuto social da Companhia, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, da Lei das Companhias por Ações. Os valores dos dividendos mínimos obrigatórios, propostos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são conforme seguem:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	102.917	335.550
(-) Reserva de incentivos fiscais	(32.157)	(80.583)
Lucro para constituição da reserva legal	70.760	254.967
(-) Constituição da reserva legal	(3.538)	(12.749)
Lucro base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	67.222	242.218
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	16.805	60.554

Os acionistas deliberaram, por meio de AGE, em 05 de dezembro de 2023, uma distribuição de dividendos extraordinária para retirada da reserva de lucros anteriores, resultando em pagamento de dividendos adicionais de R\$210.000. Além deste valor, também foi aprovado um adiantamento de dividendos de R\$25.000, no qual será compensado com o valor dos 25% propostos por lei, em AGE posterior.

e. Reserva para retenção de lucros

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente, após distribuição de dividendos, terá destinação determinada pela Assembléia Geral, geralmente com aprovação para destinação na reserva para retenção de lucros, baseado nos planos orçamentários e de expansão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o valor de R\$67.222 (R\$242.218 em 2022) para constituição da Reserva para retenção de lucros.

21 Incentivos fiscais - Subvenção para investimentos

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos do complexo, localizado no município de Luis Eduardo Magalhães-BA, pelo cálculo do lucro da exploração e pelo programa de reinvestimentos, concedidos pela

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A Companhia também goza de incentivos fiscais de ICMS, conforme Protocolo de Intenções, firmado em 10 de maio de 2016, entre a GICS, o Estado da Bahia e Resolução 36/2016, transferido para a Fosnor, através da resolução 162/2018, em 18 de dezembro de 2018. A Companhia passou a usufruir do benefício do Desenvolve, conforme instituído pela Lei nº 7.980 2001 e Regulamentada pelo Decreto nº 8.205/2002. As naturezas e os montantes, reconhecidos aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão indicados abaixo:

	2023	2022
ICMS incentivado sobre vendas - Desenvolve	18.637	20.517
IRPJ incentivado - Lucro da Exploração	13.520	60.066
	32.157	80.583

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores apurados referentes aos incentivos fiscais de R\$32.157 (R\$80.583 em 2022) foram destinados à reserva de incentivos fiscais.

Os benefícios fiscais da Companhia possuem, atualmente, vencimentos distintos, que são controlados para sua renovação e cumprimento de todos os requisitos legais para manutenção dos mesmos, tendo o “DESENVOLVE” vencimento em 30 de abril de 2028 e o “Lucro da Exploração” em 31 de dezembro de 2031.

A partir do primeiro dia de janeiro de 2024, começou a valer a Lei nº 14.789, datada de 29 de dezembro de 2023, que modifica as diretrizes para a tributação de incentivos fiscais oferecidos pelos estados. Devido a essa mudança legislativa, a Companhia ajustará a utilização dos incentivos fiscais conforme estabelecido pela nova lei. Isso implicará uma modificação na alíquota efetiva de impostos, resultando em um incremento no imposto corrente da Companhia, comparativamente aos valores registrados nos exercícios anteriores.

22 Receita líquida de venda

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Vendas brutas de produtos	1.281.863	1.658.715
Impostos e outras deduções de vendas	(97.038)	(107.468)
Incentivos fiscais ICMS	18.637	20.517
Receita líquida	1.203.462	1.571.764

23 Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Matérias-primas e materiais de produção	(696.253)	(861.388)
Serviços de terceiros e gerais	(202.938)	(162.820)
Pessoal	(94.779)	(76.876)
Provisão participação nos lucros e resultados - PLR	4.277	767
Depreciação e amortização	(71.578)	(62.363)
Outras	(25.716)	(17.414)
	(1.086.987)	(1.180.094)
Custo total dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas		
Classificados como		
Custo dos produtos vendidos	(1.040.496)	(1.145.458)
Despesas com vendas	(6.320)	(5.655)
Despesas administrativas	(40.171)	(28.981)
	(1.086.987)	(1.180.094)

24 Outras despesas

	2023	2022
Provisão participação nos lucros e resultados – PLR	(400)	(659)
Constituição (reversão) de provisão de riscos	2.091	(1.527)
Depreciação e amortização	(2.204)	(2.477)
Doações a entidade assistencial - Instituto Lina Galvani	(5.281)	(6.777)
Honorários advocatícios	(1.685)	(2.347)
Baixas Imobilizado	(208)	(473)
Despesas Santa Quitéria (i)	(6.076)	(10.635)
Outras perdas, líquidas	(13.470)	(4.914)
	(27.233)	(29.809)

(i) Estas despesas se tratam dos custos administrativos do projeto de Santa Quitéria/CE, como consultorias, custos administrativos, entre outros.

25 Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(6.867)	(12.986)
Juros s/ empréstimos	(7.995)	-
Juros capitalizados (nota 13)	972	-
Juros sobre contas a pagar	(1.403)	(1.302)
Perdas com operações de SWAP e NDF	(1.526)	-
IOF	(144)	(291)
Tarifa bancária	(1.470)	(215)
Atualização monetária arrendamentos	(3.825)	(2.331)
Atualização monetária contingências	(207)	(280)
Atualização monetária de desmobilização	(2.770)	(6.149)
	(25.235)	(23.554)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	121	37

Juros	1.496	419
Rendimento de aplicações financeiras	55.424	46.662
Juros embutidos no preço das vendas a prazo	8.447	14.318
Ganho com operações de SWAP e NDF	-	-
	65.488	61.436
Ganhos e perdas		
Perda cambial	(12.488)	(10.544)
Ganho cambial	3.276	13.799
	(9.212)	3.255
Resultado financeiro, líquido	31.041	41.137

26 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro difere do valor teórico, que seria obtido com o uso da alíquota média ponderada, aplicável aos lucros da Companhia, como segue:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.283	402.998
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(40.896)	(137.019)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Efeito dos incentivos fiscais	13.520	60.066
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	10.010	9.505
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(17.366)	(67.448)
Corrente	(19.358)	(71.339)
Diferido	1.992	3.891
	(17.366)	(67.448)
Alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social	14,44%	16,74%

27 Transações com partes relacionadas

	Despesas administrativas	Despesas administrativas
Adiantamentos de acionista (NE 16)	126.909	-
Mantiqueira Participações S.A.	1.826	1.711
Trig Participações Ltda.	1.173	1.062
VPRF Assess. Empresarial	-	80
	129.908	2.853

Natureza das transações

Os saldos mantidos com partes relacionadas estão concomitantes em sua relevância às transações comerciais, referentes à prestação de serviços de engenharia e consultoria financeira. Os preços das transações e termos de vencimento seguem condições específicas definidas entre as partes.

Remuneração da administração

A Administração é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria. A remuneração global paga ou a pagar por esses serviços, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, é de R\$10.412 (R\$9.310 em 2022).

28 Gestão de risco financeiro

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros); risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, podendo para isso valer-se do uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Apesar de suas operações serem basicamente locais, a Companhia está exposta a certos riscos cambiais, decorrentes de exposições com relação ao dólar dos Estados Unidos da América.

As exposições da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim demonstradas:

	2023		2022	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber em USD	946	4.640	18.900	95.675
Passivo				
Fornecedores terceiros em USD	(4.446)	(21.865)	(13.685)	(68.268)
Exposição líquida	(3.500)	(17.225)	5.215	27.407

Para se proteger da exposição de passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia faz o acompanhamento constante das variações de câmbio para traçar estratégias, sobretudo comerciais, que amenizam o risco cambial.

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Considerando que a Companhia não tem ativos e passivos significativos, em que incidam juros variáveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. As aplicações financeiras e empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa (CDI e TJLP). Os empréstimos, emitidos a taxas fixas, expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em estudos e classificações internas e externas. A utilização dos limites de crédito é monitorada regularmente pela Administração.

Além disso, a Companhia conta com seguro de crédito para se resguardar de prováveis perdas.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa futuro é realizada pelo departamento de Finanças da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos “Passivos financeiros” da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos Passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano, inferior a 3 anos	3 a 5 anos	Total dos fluxos de caixa	Valor 31/12/2022
Passivos financeiros						
Fornecedores	121.621	-	-	-	121.621	76.927
FINIMP	-	71.201	-	-	71.201	57.943
Provisão Desmobilização	-	-	-	28.384	28.384	21.676
Arrendamento Mercantil	-	43.383	37.768	-	81.151	43.062
Outros passivos	4.085	-	-	-	4.085	6.170
Total	125.706	114.584	37.768	28.384	306.442	205.778

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano, inferior a 3 anos	3 a 5 anos	Total dos fluxos de caixa	Valor 31/12/2023
--	-------------	-----------------	-----------------------------------	------------	---------------------------	------------------

Passivos financeiros						
Fornecedores	67.679	-	-	-	67.679	121.621
FINIMP	-	4.446	-	-	4.446	71.201
Empréstimos e financiamentos	-	167.737	-	50.000	217.737	-
Provisão Desmobilização	-	-	-	32.641	32.641	28.384
Arrendamento Mercantil	-	44.969	31.377	-	76.346	81.151
Instrumentos financ. derivativos	-	1.470	-	-	1.470	-
Outros passivos	5.153	-	-	-	5.153	4.085
Total	72.832	218.622	31.377	82.641	405.472	306.442

28.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade operacional da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora sua estrutura de capital com base no uso de índices de alavancagem financeira. O principal índice corresponde à dívida líquida, que expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de finimps e arrendamento mercantil (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim sumarizados:

	2023	2022
Total dos empréstimos e financiamentos	217.737	-
FINIMP (Nota 11)	4.446	71.201
Total arrendamento mercantil (Nota 15)	76.346	81.151
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(471.445)	(487.498)
Dívida (ativo financeiro) líquida	(172.916)	(335.146)
Total do patrimônio líquido	1.122.421	1.246.309
Total do capital	949.505	911.163

28.3 Análises de sensibilidade

Análise de sensibilidade sobre o risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos a variações nas taxas de câmbio. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como um cenário possível a taxa de câmbio do dólar americano de R\$4,8413, referente ao Cenário Possível. O cenário considerou uma possível variação (aumento ou redução) de 10% (Cenário I), uma variação (aumento ou redução) de 25% (Cenário II) e uma variação (aumento ou redução) de 50% (Cenário III).

Instrumento financeiro	Cenário possível	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		10%	-10%	25%	-25%	50%	-50%
Cotação do dólar americano	4,8413	5,3254	4,3572	6,0516	3,6310	7,2620	2,4207
Ativos e passivos operacionais, denominados em moeda estrangeira exposição líquida (US\$3.500 milhões)	(3.500)	(1.695)	1.695	(4.236)	4.236	(8.473)	8.473
Impacto no resultado	(3.500)	(1.695)	1.695	(4.236)	4.236	(8.473)	8.473

Efeito em milhares de Reais	Valor nominal	
	2023	2022
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada		
Caixa e equivalentes de caixa	449.164	431.435
Aplicações financeiras	30.398	56.063
Finimps	(4.446)	(71.201)
Empréstimos e financiamentos	(217.737)	-
Passivo do arrendamento	(76.346)	(81.151)
Total da exposição líquida	181.033	335.146
Taxa provável do CDI	13,65%	24.711
Crescimento de 25%	17,06%	30.884
Crescimento de 50%	20,48%	37.076
Redução de 25%	10,24%	18.537
Redução de 50%	6,83%	12.365

28.4 Estimativa do valor justo

A Administração considera que os saldos contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e financiamentos, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa, estejam próximos de seus valores justos.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão mensurados ao valor justo no fim do período de relatório. A Companhia adota como nível de hierarquia do valor justo o Nível 2, que é determinado com base nos fluxos de caixa futuros estimados com base nas taxas de câmbio a termo (taxas de câmbio a termo observáveis no fim do período de relatório) e taxas a termo contratadas, descontadas a uma taxa que reflete o risco de crédito de várias contrapartes.

28.5 Instrumentos financeiros derivativos

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é como segue:

Instrumentos em 31/12/2023	Vencimento final	Valor	Indexador	Valor Mercado (FOSNOR)	Valor Mercado (Banco)	Ganho (perda) em 31/12/2023
ABC - SWAP	15/01/2024	85.000	IPCA/CDI	89.121	90.181	(1.060)
Bradesco - SWAP	25/09/2024	10.714	Pré Fix./CDI	10.859	10.888	(29)
Itaú - SWAP	15/02/2024	65.000	IPCA/CDI	68.039	68.420	(381)
Total instrumentos SWAPs				168.019	169.489	(1.470)

29 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir, realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas. A tabela, a seguir, apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, ainda não constatam se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

a. Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

	Classificação	Saldo contábil	
		2023	2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	471.445	487.498
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	Custo amortizado	30.398	131.355
Outros ativos	Custo amortizado	18.450	6.566
		520.293	625.419
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	(76.346)	(81.151)
Fornecedores	Custo amortizado	(67.679)	(50.420)
FINIMP	Custo amortizado	(4.446)	(71.201)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(217.737)	-
Provisão Desmobilização	Custo amortizado	(32.641)	(28.384)
Dividendos a pagar	Custo amortizado	-	(60.554)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	(1.470)	-
Outros passivos	Custo amortizado	(5.153)	(4.085)
		(405.472)	(295.795)

30 Benefícios a empregados

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, como licença por tempo de serviço e benefícios por tempo de serviço. O Plano de Saúde atual oferecido pela empresa, com coparticipação do empregado, não gera passivo para empresa após a saída do colaborador.

A Companhia provê aos seus empregados os benefícios de assistência médica, seguro de vida, vale refeição, vale transporte e programa de participação nos lucros da Companhia, sendo este último distribuído de acordo com os critérios preestabelecidos, como metas individuais e coletivas atingidas. Os gastos com esses benefícios, reconhecidos em 2023, foram de R\$48.485 (R\$37.550 em 2022).

31 Compromissos

Compromissos de compra com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía compromissos de compra de estoques correspondentes a 48,8 mil toneladas, com preço fixado equivalentes a R\$1.133,44 por tonelada para a safra de 2023/2024. Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

Compromissos de venda com clientes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía compromissos para o fornecimento de aproximadamente 186.202 mil toneladas de fertilizantes e químicos aos seus clientes, mediante contratos de compra e venda a preços e volumes pré-determinados. O valor contratual destes compromissos é de aproximadamente R\$395.507.

32 Cobertura de seguros

A Companhia transfere a terceiros, através da contratação de seguros, os riscos que, na ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. O valor da cobertura contratada é avaliado pela Administração da Companhia, apoiado em informações de consultores de seguro, e por ela considerado compatível com seu porte operacional. As coberturas em 31 de dezembro de 2023 eram:

	Limite máximo de cobertura	
	2023	2022
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos e lucros cessantes	301.000	268.000
Responsabilidade civil	30.000	30.000
	331.000	298.000

33 Eventos Subsequentes

Em 6 de janeiro de 2024, foi assinado um aditivo ao acordo de acionistas, onde ficou caracterizada a venda de alguns ativos não circulantes que, naquela data, atingiu a classificação de altamente provável, sendo gatilho para a reclassificação dos ativos como mantidos para venda, sem efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2023. Em se concretizando a venda, os efeitos contábeis desta operação serão reconhecidos apenas no ano de 2024. Os possíveis efeitos desta venda não puderam ser mensurados de maneira confiável até a emissão destas demonstrações financeiras.

No início de 2024 a Companhia obteve a licença de instalação para a nova fase do projeto de Irecê, no qual contribuirá para o maior abastecimento de rocha com alto teor de P205 na unidade produtiva de Luis Eduardo Magalhães, proporcionando assim o aumento da nossa produção de fertilizantes.